



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE

AV. MUNHOZ DA ROCHA, 1247 - CABRAL - CURITIBA/PR - CEP 80.035-000 - TEL (041) 3250-6050 - E-MAIL:
CJU.PR@AGU.GOV.BR

NOTA n. 00004/2022/CJU-PR/CGU/AGU

NUP: 08389.001400/2021-70

INTERESSADOS: MJSP - POLÍCIA FEDERAL - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU / PR

ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO

1. Trata-se de consulta que retorna a esta CJU/PR, desta feita por meio do OFÍCIO Nº 12/2022/CPL/SELOG/DPF/FIG/PR (24578668), com o seguinte teor:

Diante do exposto, solicito parecer dessa Consultoria, a saber:

Pela legislação trabalhista, na jornada de trabalho ininterrupta de 12x36 horas, mediante acordo entre empregador e trabalhador, é permitido a redução do intervalo intrajornada de 1 (uma) hora para 30 (trinta) minutos e indenizar somente esse período por não ser usufruído para descanso/alimentação, sem que haja concessão ou indenização dos 30 minutos restantes para completar 1 (uma) hora?

Do ponto de vista jurídico, na jornada de trabalho 12x36, pode a empresa EQUIP SEG reduzir o intervalo intrajornada de 1 hora para 30 minutos (amparada pela CCT e mediante acordo) e indenizar somente esse período que foi suprimido, sem conceder ou indenizar os outros 30 minutos? Ou teria que indenizar 30 minutos e conceder os outros 30 minutos restantes para descanso? Ou, ainda, caso o intervalo fosse suprimido, indenizar 1 (uma) hora?

Exemplo: Vigilante patrimonial com jornada de trabalho ininterrupta das 07:00 às 19:00 horas, vai ser indenizado em 30 minutos devido à supressão do intervalo intrajornada, não havendo concessão ou indenização dos 30 minutos restantes para completar 1 hora.

2. Assim, a dúvida parece residir acerca do gozo do período intervalo intrajornada em jornadas de 12x36, especificamente acerca da possibilidade de redução de 1 hora para 30 minutos.

3. Regem a questão o art. 71, da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, e a Convenção Coletiva da Categoria - CCT (18111411):

CLT, Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

(CCT) CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA

À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

Parágrafo Único: Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador.

CLT, Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: [\(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

(...)

III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;

4. Desta forma é que o intervalo intrajornada deve ser de 1 (uma) hora para casos de jornadas de trabalho que excedam 6 (seis) horas. Sendo possível, entretanto, a redução para 30 minutos mediante: 1) acordo coletivo e 2) indenização do período não usufruído.

5. Dos termos do recurso apresentado pela empresa interessada (24418256), extrai-se trecho esclarecedor quanto aos termos da dúvida:

A recorrida, no entanto, cotou apenas 30 minutos de indenização de intrajornada, amparada na cláusula trigésima quinta da convenção coletiva da categoria. E os outros 30 minutos, que caso não indenizados, deverão ser usufruídos pelo funcionário, pretende fazer como a recorrida? Apenas deixar de pagar ao funcionário a sua 1 hora completa de almoço suprimida e indenizar somente 30 minutos?

6. Pelo que foi possível compreender da questão posta, a dúvida parece ser o que fazer com a outra meia hora, dividindo-se a hora inteira intrajornada em duas partes e considerando que haverá 30 minutos indenizados.

7. A resposta nos parece clara, salvo melhor juízo, diante da letra da CCT, quando afirma que: *"faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos"*, e complementa: *"certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador"*.

8. Assim, fica estabelecido que o intervalo de uma hora pode ser reduzido a 30 minutos, ou seja: deverá o trabalhador gozar de no mínimo 30 minutos de intervalo intrajornada, sendo, então, indenizado ao trabalhador os outros 30 minutos.

9. É o que poder ser dito sobre o tema.

10. Ao consulente.

Brasília, 18 de agosto de 2022.

ROGÉRIO PEREIRA
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08389001400202170 e da chave de acesso 9a93ee0a

Documento assinado eletronicamente por ROGÉRIO PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 966457056 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ROGÉRIO PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 18-08-2022 18:44. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
